

Mobilização pelo petróleo

MARISA KISSIMOTO - 11/08/2001

Feu Rosa está empenhado em nova demarcação dos campos de petróleo entre o Rio e Espírito Santo

O deputado federal João Miguel Feu Rosa (PSDB) vai buscar mobilizar a população e os movimentos organizados da sociedade capixaba em defesa da mudança das linhas de demarcação dos campos petrolíferos entre Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A demarcação atual, segundo o parlamentar, prejudica o Espírito Santo. Ele cita como exemplo o campo de petróleo Roncador (base da Petrobras), que hoje está na área oceânica do Rio de Janeiro, mas que em sua opinião pertence ao Espírito Santo.

Ele explicou que a demarcação oceânica – a qual define os limites entre os dois estados – foi traçada de forma arbitrária e tendenciosa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prejudicando o Espírito Santo.

“A linha longitudinal que traçaram ao longo da costa capixaba não acompanha o contorno do continente, já no Rio e na Bahia não é assim”, ressaltou Feu Rosa.

O deputado observou que se a referida linha acompanhasse o “recorte” natural do litoral do

Estado, o campo de exploração de petróleo Roncador seria anexado ao Estado e geraria receitas locais.

Segundo os estudos do deputado federal, a administração iria receber de royalties – tributo que a Petrobras paga por ter o direito de explorar petróleo – verbas que dobrariam a arrecadação atual, o que “acabaria com os problemas financeiros do Estado”.

Esse aumento na receita permitiria ao Estado fazer investimentos diretos na educação, saúde e estradas, além de possibilitar o pagamento de precatórios e melhorar a condição salarial dos servidores públicos.

João Miguel Feu Rosa é adepto da liberdade econômica como forma de combater a desigualdade.

Mas observa que, historicamente, nem sempre a defesa dessa liberdade obtém compreensão.

Como exemplo, Feu Rosa citou o economista austríaco Ludwig von Mises, que mesmo consagrado na década de 30, nunca pôde assumir uma cadeira universitária nos Estados Unidos.



João Miguel Feu Rosa: demarcação atual prejudica Estado